

Povos Indígenas no Brasil

Fonte: Folha de São Paulo

Class.: Terra / Demarcação

Data: 30 de setembro de 1979

Pg.: 32

O Sangue e a Terra dos Índios

DALMO A. DALLARI

Escrevendo ao rei de Portugal, d. Afonso 6.º, em 20 de abril de 1657, o padre Antônio Vieira dava o seu testemunho de que o verdadeiro senhor da terra brasileira, o índio, era a principal riqueza buscada pelos aventureiros que penetravam nas selvas do Norte do Brasil. Dizia, então, o grande jesuíta: "Estas, Senhor, são as minas certas deste Estado, que a fama de ouro e prata sempre foi pretexto com que de aqui se iam buscar as outras minas, que se acham nas velas dos índios, e nunca as houve nas da terra."

Inspirando-se nessa passagem do padre Vieira, o secretário da Real Sociedade Geográfica, da Inglaterra, John Hemming, deu o título de *Red Gold* (Ouro Vermelho) a um dos livros mais importantes já publicados sobre a situação dos índios brasileiros desde 1500 até a expulsão dos jesuítas, em 1760. Essa obra de quase setecentas páginas, publicada em 1978, toma o aprisionamento e a escravização dos índios como tema central e acaba sendo um extraordinário painel da América Portuguesa nos seus primeiros séculos de existência.

O sangue do índio, sua força de trabalho, era a riqueza mais cobiçada e para conseguí-la nenhuma violência foi poupada. Baseando-se em farta documentação, o autor chega à conclusão de que existiriam no Brasil, no momento em que aqui chegaram os representantes da civilização européia e cristã, 4.800.000 índios. Hoje se calcula em cerca de 150.000 o que resta dos indígenas brasileiros. Como se chegou a essa espantosa redução? Teriam sido esses índios integrados na sociedade brasileira? Desgraçadamente não. Eles foram mortos porque resistiram à escravização ou não se adaptaram a ela e os poucos que restam continuam sendo assassinados. Pouca gente se lembra de que os índios são seres humanos, que deveriam ser respeitados e protegidos e muitos ainda não sabem que, em lugar disso, eles estão sendo massacrados para satisfazer o desejo de riqueza dos novos aventureiros.

Embora já existam índios condenados à miserável condição de "bóias-frias", trabalhando por um salário de fome, sem residência certa e sem qualquer proteção legal, na realidade sua força de trabalho, seu sangue, não é hoje a principal riqueza que provoca a cobiça e desperta a violência dos aventureiros. Hoje é a terra do índio a grande presa cobiçada. Mata-se o índio, ou diretamente, pelas balas assassinas, ou indiretamente, pela dominação econômica igualmente assassina, para ficar com suas terras.

Essa nova etapa da matança indígena já tem sido denunciada, mas continua ocorrendo, porque os últimos governos brasileiros puseram o objetivo do desenvolvimento econômico acima de qualquer consideração pela dignidade humana. E os ferozes e cobiçosos empresários que querem a terra do índio, a madeira nela existente, a riqueza mineral que possa existir no solo ou no subsolo, agem com apoio do governo, contrariando a Constituição e as leis do País sem pudor e sem punição. Outro autor, Shelton H. Davis, diretor do Centro de Pesquisas Antropológicas da Universidade de Cambridge, registrou num livro recente, intitulado *Victims of*

the Miracle (já publicado no Brasil com o título *Vítimas do Milagre*), os aspectos principais dessa nova fase de extermínio da cultura e da pessoa do índio. Conforme se verifica em seu livro, que é rico em informações e muito claro na demonstração das consequências, a abertura de estradas, a derrubada de árvores, a mineração e o garimpo, a implantação de projetos de exploração agropecuária, tudo isso vem promovendo a liquidação acelerada e desumana do que resta dos índios brasileiros.

Um fato bem recente acaba de ser colocado como um desafio ao humanismo, à consciência cristã, à boa fé, ao espírito público, ao próprio patriotismo, dos que hoje decidem em nome do povo brasileiro:

Existe no Brasil, parte no Território Federal de Roraima e parte no Estado do Amazonas, uma tribo que, segundo o grande sertanista Cláudio Villas-Boas, é uma das últimas grandes nações indígenas brasileiras, conservando ainda seus padrões culturais originais. São os índios Yanomami, que somam, no território brasileiro, cerca de 8.400 índios, havendo outro tanto no território da Venezuela. Visando à proteção da pessoa, da dignidade e da cultura do índio Yanomami, um grupo de estudiosos e reais amigos dos índios preparou um minucioso projeto, propondo a criação do Parque Indígena Yanomami. O Estatuto do Índio, aprovado por lei federal, prevê a criação de parques quando se tratar de "área contida em terra na posse de índios, cujo grau de integração permita assistência econômica, educacional e sanitária dos órgãos da União, em que se preservem as reservas de flora e fauna e as belezas naturais da região".

Os índios da tribo Yanomami já estão sendo assediados por não-índios que desejam apossar-se de suas terras e de algumas riquezas minerais ali existentes. Até agora os índios conseguiram preservar sua cultura, mas, forçados pela proximidade ameaçadora dos aventureiros e das empresas desonestas de lucro, começaram a ter contacto com os que os ameaçam e com os que se dispuseram a protegê-los. Por isto já estão em condições de receber assistência governamental, sendo mesmo urgente a assistência sanitária, sobretudo através de vacinação em larga escala, para que o sarampo, a gripe e outras doenças contra as quais eles são indefesos não provoquem a morte de grande número, como já ocorreu com outras tribos. O elevado número de índios e a pureza de sua cultura justificam também a criação do Parque, devendo-se ainda ressaltar que, com essa medida, será mais efetiva a presença do governo em área de fronteira, sujeita a invasões e à passagem de contrabando.

A criação do Parque Indígena Yanomami é urgente, como é urgente o cumprimento do dever governamental de proteger efetivamente os índios, agindo com rapidez e rigor sempre que houver notícia de que, em qualquer ponto do território nacional e sob qualquer pretexto, alguém está usando das armas da civilização para se apossar do sangue e da terra dos índios.

Dalmo de Abreu Dallari é advogado, professor da Faculdade de Direito da USP e presidente da Comissão de Justiça e Paz da Arquidiocese de S. Paulo.